



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDU

À SEAF,

Processo 2025-39ZS7

Trata-se de pedido de esclarecimento e de adequação do edital apresentado por **Natália Rosa Pinheiro que**, em razão do teor da manifestação, será recepcionada como impugnação ao Edital de Concorrência Eletrônica nº 018/2025 (ComprasGov nº 90017/2025), ID CidadES TCE/ES nº 2025.500E0600020.01.0065, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para serviço de engenharia de implantação de Ambientes de Rápida Implantação (ARI) com marquises, ambos em estrutura metálica, visando atender às demandas urgente de unidades escolares vinculadas à SEDU, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários.

RESUMO

O edital foi devidamente publicado em 10/11/2025 no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo (DIOES), Jornal A Tribuna, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site eletrônico da Sedu-ES (<https://sedu.es.gov.br/concorrencia>), em cumprimento às disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 5.352-R/2023.

SÍNTESE DA IMPUGNAÇÃO

A fim de subsidiar o pedido de adequação do edital a Impugnante sustentou, em síntese, a irregularidade na exigência cumulativa do Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% do valor estimado da contratação e Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

Dessa feita, requer a Impugnante a alteração do edital a fim de admitir que as empresas possam comprovar a qualificação econômico-financeira por meio do Patrimônio Líquido/Capital Social ou, alternativamente, dos índices contábeis de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.

DA ADMISSIBILIDADE



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDU

A Lei nº 14.133/2021, que regulamenta o presente procedimento licitatório, disciplina em seu art. 164 o seguinte:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Nessa esteira, seguindo o que dispõe a legislação supra, o edital de Concorrência Eletrônica nº 018/2025 (ComprasGov nº 90017/2025), estabeleceu em sua Cláusula 14, o que segue:

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser protocolizados no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, ou enviadas para o e-mail cplobras@sedu.es.gov.br. Somente serão aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo impugnante.

14.3 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

Compulsando os autos do processo licitatório, constata-se que o certame está agendado para o dia 28 de novembro de 2025.

Tendo sido a impugnação recebida via e-mail da cpl-obras@sedu.es.gov.br em 11 de novembro de 2025, consoante prevê o edital em seu subitem 14.2 (#144).

Desta forma, verifica-se que a apresentação da referida impugnação ocorreu de forma tempestiva, razão pela qual esta equipe de contratação resolve conhecer da impugnação interposta por **Natália Rosa Pinheiro**, por reunir as hipóteses legais de admissibilidade.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E ANÁLISE DOS PONTOS IMPUGNADOS

Ato contínuo, adentrando às questões de mérito suscitadas, inicialmente registra-se o estabelecido no Decreto Estadual n.º 1939-R, de 16 de outubro de 2007, em especial o disposto em seu art. 1º, que diz:

Art. 1º É obrigatória a adoção das minutas de editais e contratos padronizadas e aprovadas pela Procuradoria Geral do Estado pelos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, ressalvados os casos de impossibilidade, que deverão ser justificados nos autos pela autoridade competente.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDU

Desta maneira, a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu-ES), sendo órgão integrante da Administração Pública Estadual Direta, adota as minutas padronizadas que são previamente aprovadas pela Procuradoria Geral do Estado (PGE-ES).

Tendo em vista que o questionamento apresentado diz respeito à qualificação econômico-financeira prevista no Termo de Referência, a impugnação foi encaminhada à área técnica para análise, a qual se manifestou nos seguintes termos:

Inicialmente, destaca-se que a redação referente à Habilitação Econômico-Financeira está baseada na minuta padrão de Edital de Concorrência para Obras com Contrato e ARP, elaborada pela Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo (PGE/ES). No Anexo I-B do Edital, que trata dos Requisitos de Habilitação, está definido que, para a Habilitação Econômico-Financeira, é exigida a apresentação do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos dois últimos exercícios sociais, comprovando:

- Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

No anexo citado acima, é exigida a apresentação das duas comprovações de Habilitação Econômico-Financeira previstas na minuta padrão da PGE/ES, acrescentando-se ainda a exigência de comprovação do Capital Circulante Líquido (CCL).

Assim, as exigências de comprovação da Habilitação Econômico-Financeira relativas aos Índices de LG, LC e SG superiores a 1 (um) constituem obrigatoriedade definida pela PGE/ES. Quanto à exigência de comprovação do CCL e do Patrimônio Líquido (PL), o item 10.4.2 do Termo de Referência (TR), publicado como Anexo I do edital, apresenta as seguintes justificativas:

10.4.2 O patrimônio líquido (PL) é um indicador contábil que representa a diferença entre os ativos e os passivos de uma empresa, refletindo os recursos próprios disponíveis aos sócios ou acionistas. Sua análise é fundamental para avaliar a saúde financeira da empresa, pois um PL positivo indica que os ativos superam as obrigações, enquanto um PL negativo sugere que a empresa possui mais dívidas do que bens e



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDU

direitos, o que pode comprometer sua capacidade de investimento e de assumir novas obrigações.

Dessa forma, as licitantes deverão comprovar patrimônio líquido equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação visando assegurar que a empresa possui solidez financeira suficiente para suportar os encargos decorrentes da execução contratual, minimizando riscos de inadimplência ou paralisação da obra.

Além das exigências contidas no Anexo II da Minuta do Edital de Concorrência para Obras com Contrato e ARP publicada pela PGE-ES para concorrência, foi acrescentado a exigência de Capital Circulante Líquido (CCL) para que a contratada demonstre capacidade financeira (fluxo de caixa) de arcar com as obrigações do contrato, “visto que primeiro deve-se prestar o serviço para depois receber pelo serviço prestado”, assim, visa-se garantir que a contratada consiga arcar com o efetivo pagamento de os salários e aquisição de insumos no transcorrer de até duas competências financeiras.

Além das exigências contidas no Anexo II da minuta de Edital de Concorrência para Obras com Contrato e ARP da PGE/ES, foi acrescentada a exigência de Capital Circulante Líquido (CCL), para que a contratada demonstre capacidade financeira (fluxo de caixa) de arcar com as obrigações contratuais, “*visto que primeiro deve-se prestar o serviço para depois receber pelo serviço prestado*”. Assim, busca-se garantir que a contratada consiga efetuar o pagamento de salários e adquirir insumos ao longo de até duas competências financeiras.

Portanto, conforme estabelecido pela minuta padrão da PGE/ES e pelas justificativas apresentadas no item 10.4.2 do TR, é necessário, para a comprovação da Habilitação Econômico-Financeira, apresentar:

- Capital Circulante Líquido (CCL);
- Patrimônio Líquido; e
- Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

A manifestação da empresa utiliza como fundamento os Acórdãos nº 2.281/2013, nº 2.104/2015 e nº 1.793/2011, todos do Tribunal de Contas da União (TCU), colegiado Plenário, apresentando as seguintes citações:

- a. Acórdão nº 2.281/2013, do TCU, do colegiado Plenário:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDU

É irregular a exigência cumulativa de comprovação de patrimônio líquido mínimo e de índices de liquidez geral, corrente e de solvência. A Administração deve optar por um ou outro critério, sob pena de restrição indevida à competitividade.

b. Acórdão nº 2.104/2015, do TCU, do colegiado Plenário:

A comprovação da boa situação financeira pode ser feita mediante patrimônio líquido mínimo ou índices contábeis, sendo indevida a exigência simultânea de ambos os critérios.

c. Acórdão nº 2.104/2015, do TCU, do colegiado Plenário:

A exigência cumulativa de patrimônio líquido e índices de liquidez representa restrição indevida à competitividade, devendo ser admitida a comprovação por uma ou outra forma.

Entretanto, ao consultar o site do TCU sobre as manifestações e decisões dos acórdãos citados, verificou-se que:

- a. Acórdão nº 2.281/2013, do TCU, do colegiado Plenário, concede, de forma excepcional, um prazo de 90 dias à Secretaria de Saúde do Município de Barbalha/CE para cumprir determinação anterior do TCU constante do Acórdão nº 680/2013 – Plenário.
- b. Acórdão nº 2.104/2015, do TCU, do colegiado Plenário, determinou o encerramento e arquivamento do processo de acompanhamento relativo a ações da Caixa Econômica Federal, órgãos do Estado e municípios de Pernambuco, por já ter cumprido o objetivo para o qual foi instaurado.
- c. Acórdão nº 2.104/2015, do TCU, do colegiado Plenário, constatou que se trata sobre avaliar a consistência e confiabilidade dos dados dos sistemas SIASG e Comprasnet, usados em licitações e contratações públicas.

Dessa forma, constata-se que a argumentação apresentada pela empresa, quanto aos acórdãos citados, apresenta inadequação bibliográfica e/ou imprecisão técnica, visto que os referidos acórdãos não tratam de habilitação econômico-financeira, tampouco da exigência de Patrimônio Líquido Mínimo ou dos Índices de Liquidez Geral, Corrente e Solvência.

Quanto à Lei Federal nº 14.133/2021, o art. 69 define que a habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do contrato, devendo ser comprovada de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDU

forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, mediante:

- Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais; e
- Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

A empresa cita o §1º do mesmo artigo, atribuindo-lhe a seguinte redação:

§ 1º A Administração poderá exigir a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, podendo requerer índices contábeis ou demonstração de patrimônio líquido mínimo, de forma alternativa e proporcional ao objeto da licitação.

Contudo, ao verificar a redação original da Lei nº 14.133/2021, observa-se que a redação do o §1º do art. 69 dispõe que:

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

O edital em questão, no Anexo I-B - Requisitos de Habilitação, está em conformidade com o disposto no art. 69, §1º da Lei nº 14.133/2021, ao exigir em seu item 4.5, para a comprovação da Habilitação Econômico-Financeira, seja apresentada:

4.5 Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante, demonstrando o atendimento dos índices e coeficientes para cada exercício a que se referem as demonstrações contábeis, bem como demonstrando o patrimônio líquido e Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro mínimo exigido no último exercício.

Assim, a argumentação apresentada pela empresa, quanto à Lei nº 14.133/2021, também apresenta inadequação bibliográfica e imprecisão técnica, uma vez que a redação citada não corresponde ao texto legal vigente e não trata da forma de exigência dos índices contábeis e da demonstração de patrimônio líquido.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, verifica-se que as exigências de qualificação econômico-financeira constantes do edital — compreendendo a



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDU

apresentação do Patrimônio Líquido Mínimo, do Capital Circulante Líquido (CCL) e dos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) — encontram-se devidamente fundamentadas na minuta padrão de edital elaborada pela Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo (PGE/ES), bem como nas justificativas técnicas constantes do Termo de Referência.

Ressalta-se, ainda, que os acórdãos citados pela empresa não guardam pertinência temática com a matéria em análise, tampouco se referem à vedação de exigência cumulativa de índices contábeis e patrimônio líquido, razão pela qual não se aplicam ao presente certame.

Dessa forma, não se vislumbra irregularidade ou afronta aos princípios da isonomia, da competitividade ou da razoabilidade, permanecendo as disposições editalícias sobre habilitação econômico-financeira válidas e compatíveis com a legislação vigente e com as orientações da PGE/ES.

CONCLUSÃO

Desta feita, pelas razões de fato e de direito acima expostas, esta equipe de contratação, representado pelos subscritores, resolve **conhecer** a presente impugnação para, no mérito, considerá-la **improcedente**, pelas razões supramencionadas, mantendo-se, portanto, inalterado o Edital da Concorrência Eletrônica nº 018/2025 (ComprasGov 90017/2025), bem como a sessão de abertura marcada para o dia 28/11/2025, às 10h.

Por todo o exposto, encaminho os presentes autos para análise e manifestação superior.

Em 14 de novembro de 2025.

Izaura da Conceição Malverdi Barboza
Agente de Contratação

Fernanda Mello Pereira
Equipe de Apoio

Israel Carlos da Silva Junior
Equipe de Apoio

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

IZAURA DA CONCEIÇÃO MALVERDI BARBOZA

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

SUCOM - SEDU - GOVES

assinado em 14/11/2025 09:35:14 -03:00

ISRAEL CARLOS DA SILVA JUNIOR

FUNÇÃO GRATIFICADA TÉCNICA FGT

SUCOM - SEDU - GOVES

assinado em 14/11/2025 09:34:00 -03:00

FERNANDA MELLO PEREIRA

ASSESSOR ESPECIAL NÍVEL IV QCE-03

SEAF - SEDU - GOVES

assinado em 14/11/2025 09:34:07 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 14/11/2025 09:35:15 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por IZAURA DA CONCEIÇÃO MALVERDI BARBOZA (AGENTE DE CONTRATAÇÃO - SU- COM - SEDU - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-Q651R4>